



AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ACERCA DO PROJETO CAJUSOL¹

Leandro de Castro Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN²
leandrolima190@yahoo.com.br

Celso Donizete Locatel
Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
celso.locatel@gmail.com

Resumo

Pensar na implantação da economia solidária no contexto rural pode ser uma solução confiável para a mitigação dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, em um contexto de extrema concentração de renda, desigualdades e exclusão social, a partir de condições organizacionais sob forma coletiva, cooperada e autogestionária. Nesta perspectiva, este artigo propõe analisar o potencial das práticas econômicas solidárias através das atividades realizadas no projeto de extensão CAJUSOL, para o fortalecimento da agricultura familiar. Nessa discussão observamos que as atividades desenvolvidas pelo CAJUSOL, têm contribuído para o fortalecimento de práticas como a Cooperação, a Autogestão e a Solidariedade, uma vez que permite por meio da interação entre pesquisadores, bolsistas e assentados, a troca mútua de saberes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Economia Solidária. Projeto CAJUSOL.

Introdução

O século XX foi marcado por profundas mudanças, principalmente no que diz respeito às estruturas econômicas. A produção de bens e serviços se insere em um contexto mais dinâmico, exigindo mudanças nas relações de trabalho, em virtude da especialização produtiva exigida do trabalhador e da incorporação tecnológica, a partir de um processo desigual e contraditório, fruto da estrutura das sociedades capitalistas. Nesse contexto em que a sociedade vai se moldando, os grupos sociais que não conseguem se inserir nesse novo modelo vão sendo excluído desse processo e, por vezes são subjugados a lógica do capital, dentro de uma dinâmica de aprofundamento das desigualdades e exploração do trabalho.

Dentre os vários segmentos sociais no campo brasileiro, encontramos os agricultores familiares, dos quais, grande parte, estão marginalizados da lógica moderna de produção, de modo que é na expressão dos movimentos sociais e na atuação conjunta



com organizações não governamentais, associações, cooperativas e diversos segmentos governamentais como Universidades e alguns órgãos de apoio à assistência técnica e financiamentos que eles encontram incentivo e orientações para se fortalecerem, a partir da troca de informações e experiências, se mantendo assim diante da competitividade do mercado.

Nesta perspectiva, o presente artigo propõe analisar o potencial das práticas econômicas solidárias, introduzidas em assentamentos presentes no território do Mato Grande/RN, através das atividades realizadas no projeto de extensão Cadeias Produtivas do Caju e do Girassol no RN: tradição e inovação na perspectiva da Economia Solidária e da Tecnologia Sociais – CAJUSOL, para o fortalecimento da agricultura familiar. O estudo desenvolvido pautou-se em um método descritivo, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, pautada em autores como Moura (1986), Putnam (1996), Singer (2002), Locatel (2012), França Filho (2007) e Gonçalves (2002) a fim de fomentar a discussão sobre a agricultura familiar e as práticas da Economia Solidária, além de levantamento de dados e a pesquisa documental dos produtos até então apresentados pelo projeto, uma vez que se faz necessário para um melhor entendimento da realidade dos agricultores inseridos nesse território e envolvidos no CAJUSOL.

Nesse sentido, para uma melhor apreensão dos temas abordados, dividimos esse artigo, além dessa introdução, em três seções: inicialmente, tratamos da importância da agricultura familiar vinculado às práticas econômicas solidárias e, em seguida apresentamos algumas experiências coletivas dos agricultores assistidos pelo projeto CAJUSOL, e por fim destacamos alguns resultados obtidos pelo referido projeto.

Durante as ações de extensão realizadas pelos bolsistas nos assentamentos dos municípios do território do Mato Grande/RN com a participação dos agricultores familiares, observamos que os principais resultados obtidos a partir das ações de extensão consistem no fortalecimento das práticas associativas, na capacitação dos aspectos de cidadania, comunidade e cooperativismo, bem como na geração e adequação de tecnologias sociais. Com base nesses processos de organização social e de ações de capacitação junto aos agricultores, embasamos nossa análise visando diagnosticar como esses esforços têm contribuído, enquanto estratégias, para a reprodução dos agricultores familiares.



A agricultura familiar e a economia solidária: uma estratégia para o fortalecimento

As novas exigências na produção impostas com a adoção do modelo tecnológico da “Revolução Verde”, como a incorporação do uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas de alta resistência e produtividade, além do processo de modernização, que no Brasil se desenvolveu a partir da década de 1960 (LOCATEL, 2012), afetaram diretamente a organização da agricultura brasileira. Tal modelo de agricultura, profundamente imbuído dos ditames capitalistas, a partir de uma lógica produtivista e voltada para atender o grande mercado, numa produção em grande escala, foi se definindo a partir das benesses das políticas públicas, que privilegiava o grande produtor, devendo-se então destacar o papel fundamental do Estado brasileiro, como agente financiador dos grandes projetos agropecuários no Brasil, atuando assim contraditoriamente ao favorecer somente determinados segmentos sociais, sobretudo grandes proprietários e empresários rurais, em detrimento dos agricultores familiares. Dessa forma, percebe-se o crescimento do mercado interno com a expansão de um modelo agrícola modernizado, dotando o território brasileiro de uma infraestrutura, ainda que de forma parcial. Assim,

[...] o contexto econômico, a organização da produção e a incorporação de novas técnicas contribui decisivamente para a compreensão do direcionamento dado as políticas para o meio rural brasileiro e a própria dinâmica do setor agrícola (LOCATEL, 2012, p. 2).

Dentre os vários impactos dessas políticas, estão os de âmbito social, as quais contribuíram de forma intensa para a manutenção e agravamento dos problemas sociais no campo, marginalizando uma grande quantidade de agricultores familiares presente no território brasileiro, uma vez que estes não possuem as condições adequadas de acesso a essas políticas públicas de crescimento econômico e pouca competitividade para sua inserção no mercado. Toda essa desigualdade enfrentada pelas famílias pode ser constatada por Gonçalves (2002, p. 4) quando afirma que

A agricultura familiar no Brasil vem sentindo, de maneira mais aguda, o impacto do baixo valor de mercado dos produtos agrícolas, como também a existência de fatores adversos a sua viabilização econômica, como a instabilidade climática, o uso de tecnologias inapropriadas, as dificuldades de acesso ao crédito, a falta de assistência técnica adequada, bem como a precariedade dos sistemas de armazenagem, beneficiamento, transporte e comercialização dos produtos agrícolas.



Contudo, apesar de todas essas dificuldades, é inegável não constatar a importância da agricultura familiar no abastecimento da economia brasileira, bem como a sua tradição e grande heterogeneidade. Para Guanziroli et al (2001), não se pode considerar a agricultura familiar de forma homogênea, destacando diferenças econômicas, sociais e culturais. Sendo assim, encontramos na literatura vários conceitos e definições que caracterizam a agricultura familiar, quanto a sua forma de trabalho, produção e gestão. Por vezes, são denominados de camponeses, conceituando os que vivem da terra e do que ela produz; em outro momento de cultivador de pequenas extensões de terra, devido ao controle direto da terra de onde habita e produz; também de posseiros, por ocupar terras que não ainda não apropriadas e trabalha apenas para o seu autoabastecimento. Outra forma é a de conceituá-lo como cultivador que trabalha a terra, em referência aos cultivadores que plantam e transferem seus excedentes aos que não trabalham a terra (MOURA, 1986).

Diante desse quadro, a dificuldade encontrada pelos estudiosos está na difícil demarcação e compreensão do universo familiar, de realmente significar quais os modos de relação da família na produção, e da diferenciação da agricultura familiar e da agricultura capitalista, devido a ambas apresentarem características, as vezes, similares como o trabalho remunerado, o uso de insumos mais recentemente, mesmos que em menor escala e a diversidade dos produtos cultivados.

Contudo, quando tratamos da agricultura familiar o importante de se ressaltar é que se trata de um segmento social ou de um sujeito social que vive basicamente da terra, plantando e colhendo seu próprio alimento, ou seja, da sua propriedade, com uma produção baseada no respeito às leis da natureza, na mão-de-obra familiar, socializando as tarefas entre os membros da família sem extrair o sobretrabalho (MOURA, 1986), produzindo em primeiro grau para o próprio consumo e em segundo grau para a comercialização, onde a renda obtida é voltada para a reprodução da própria família e todo o patrimônio foi sendo constituído através de heranças e partilhas.

Haja vista a importante contribuição da agricultura familiar na organização da sociedade, principalmente num país como o Brasil, onde é vigente a extrema concentração de renda, as desigualdade e exclusão social, pensar na implantação, entre esses agricultores, de um comércio justo e solidário pode ser uma solução para a mitigação dos problemas de produção, distribuição e consumo e de suas condições organizacionais sob forma coletiva, cooperada e autogestionária.



O modelo de produção da economia solidária é considerado um modo alternativo ao modelo capitalista (SINGER, 2002) visando à inserção das comunidades de forma coletiva aos serviços solidários a partir do fazer local, e tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. Essa nova alternativa de produção que busca entre tantos outros fatores, o equilíbrio socioambiental, vem cada vez mais sendo valorizada, diante da intensa degradação ambiental imposta pela agricultura capitalista.

Definida pela SIES³ como um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária”, percebemos que a economia solidária vai além do caráter econômico, valorizando o sujeito social, sua cultura e autonomia política no processo de produção, na busca de um ambiente justo, cooperativo, solidário e sustentável, favorecendo assim a emancipação dessa população historicamente marginalizada.

Alguns dos princípios que norteiam esses conjuntos de atividades são: a Cooperação, como existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus; a Autogestão, que se refere ao conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses, nas definições dos seus processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados excedentes; a Solidariedade, expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns, do compartilhamento de valores que expressam a justa distribuição e das oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; e a Ação econômica, uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para a produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais (FRANÇA FILHO, 2007).

Frente a esses novos conceitos, os quais alguns autores consideram que estão ainda em construção, necessitando de uma maior reflexão e investigação empírica, apesar de seu surgimento datar do século XIX (SINGER, 2002) e sua intensa difusão no Brasil, com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) no governo Lula, em 2003, em resposta as pressões crescentes dos movimentos sociais, ainda há muito para



se aperfeiçoar no que se refere aos mecanismos de operacionalização da economia solidária enquanto política pública.

No entanto, a viabilidade das práticas econômicas solidárias se torna um importante instrumento no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar, potencializando a comercialização dos seus produtos, melhorando suas condições de vida, criando redes de trocas, de créditos e, acima de tudo, estruturando formas de organizações associativas, fortalecendo o capital social⁴ (PUTNAM, 1996).

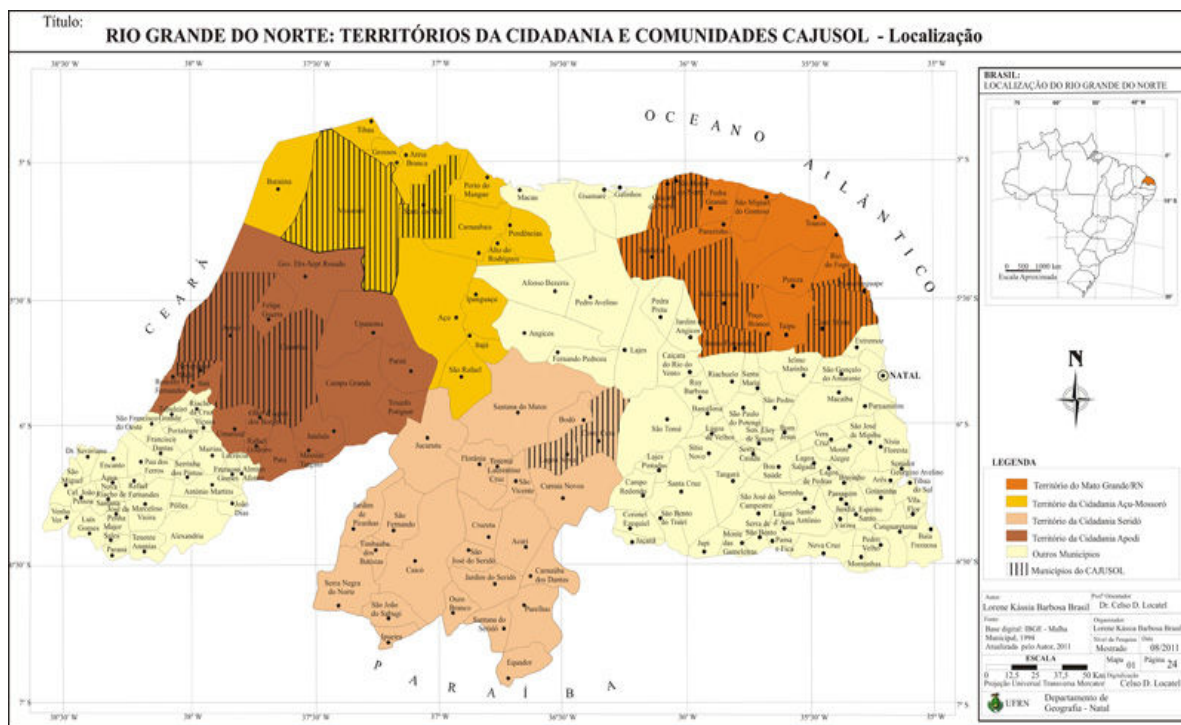
A experiência do projeto CAJUSOL: um relato dos resultados obtidos nas comunidades assistidas pelo projeto

Com base nos princípios da Economia Solidária e apoiado em metodologias participativas e no princípio das tecnologias sociais, o Projeto Cadeia Produtiva do Caju e do Girassol no RN: Tradição e Inovação na Perspectiva da Economia Solidária e da Tecnologia Social (CAJUSOL) visa o desenvolvimento das cadeias produtivas do Caju e do Girassol, em quatro territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte (Figura 01), a partir de uma rede formada por três universidades públicas que atuam no estado do Rio Grande do Norte, quais sejam: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal do Semiárido (UFERSA), além da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN).

Dentre os quatros (4) territórios assistidos pelo projeto, concentraremos nossa análise no território do Mato Grande/RN cujo municípios são: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Jandaíra, João Câmara, São Bento do Norte, Ceará Mirim e Maxaranguape. São nesses municípios que se concentra o Subprojeto Girassol, desenvolvido mais especificamente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



Figura 01 – Localização dos Territórios da Cidadania e Comunidades do CAJUSOL



Fonte: Projeto CAJUSOL, 2011.

No território do Mato Grande/RN, bem como nos demais, o reforço da proposta de economia solidária e de capital social, incorporada pelo Projeto CAJUSOL, propõe fortalecer o trabalho coletivo nos assentados, garantindo assim uma autonomia econômica, desenvolvida de forma coletiva e solidária, onde todos devem estar inseridos no processo com equidade. Esses fundamentos baseados na importância da troca mútua, no despertar para os aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e educativos da Economia solidária em diferentes dimensões, assim como a difusão dos principais conceitos inerentes ao tema, promovem o fortalecimento do Capital Social que, quando gestado sob essas práticas, se acumula e se consolida na comunidade, possibilitando o desenvolvimento de parcerias e de empreendimentos solidários.

Na realidade dos assentamentos, do referido território, foi possível perceber, através das oficinas diagnósticas, aplicação de roteiros de observação, de validação dos dados e das observações participativas no decorrer dessas atividades que há um maior engajamento das famílias dos comunitários no que se refere à mitigação dos principais problemas



coletivos encontrados nesses assentamentos, há uma cooperação para com o outro, importante para a convivência em grupo.

Uma análise possível, a partir da aplicação de metodologias que valorizam a participação dos vários segmentos (homens, mulheres e jovens) fazendo muitos dos problemas enfrentados por esses grupos fossem identificados e priorizados, dando um melhor direcionamento para a discussão de possíveis formas de solução. Tal realidade demonstra que apesar do projeto ainda se encontrar em andamento, este já sinaliza uma maior mobilização por parte das famílias dos agricultores.

Com base nessa discussão podemos observar que as atividades desenvolvidas pelo CAJUSOL, têm contribuído para o fortalecimento de práticas como a Cooperação, a Autogestão e a Solidariedade, uma vez que permite por meio da interação entre pesquisadores, bolsistas e assentados, a troca mútua de saberes, o diagnóstico de potencialidades produtivas nos assentamentos, contribuindo para a criação de novas oportunidades para o desenvolvimento local.

Os agricultores familiares começaram a incorporação de valores justos de comercialização de produtos, têm demonstrado preocupação em relação à sustentabilidade da produção, utilizando técnicas de plantio que não agridem de forma direta o meio ambiente, dinamizando a produção e agregando valor aos produtos pela forma da produção, as reuniões e o convívio social tornou-se mais frequente entre os assentados, buscam parcerias, na tentativa de aumentar a teia de relações e criação de empreendimentos de Economia Solidária nas comunidades, a fim de se inserirem dignamente na sociedade, evidenciando que uma outra realidade é possível diante das desigualdades.

Considerações finais

Nessa conjuntura, percebe-se que os assentados de projetos e reforma agrária presentes no território do Mato Grande/RN foram beneficiados apenas com acesso a terra, e que as políticas sociais conduzidas pelo Estado nesse território, não privilegiaram esses produtores, no qual muito encontra-se dentro de um contexto excludente, sem condições mínimas de reprodução social. Além disso, a falta dessas ações públicas comprometeu as relações entre os agricultores, onde observamos um quadro de individualismo, de associativismo e organização comunitária supracitados, bastante enfraquecida.



Entretanto, o projeto CAJUSOL tem atuado na perspectiva de um fortalecimento social, através de metodologias participativas que buscam enaltecer as qualidades existentes entre o grupo de comunitários, elevando valores que vão além do interesse econômico, agregando conhecimentos que objetivam o desenvolvimento coletivo, fator fundamental para a convivência em assentamentos de reforma agrária. Ou seja, as atividades de extensão realizadas pelo projeto CAJUSOL visam gerar em seus participantes a consciência de que em seu grupo existe uma força maior que qualquer outra, mas que só funciona quando todos caminham na mesma direção.

De maneira objetiva, observamos em diversas comunidades assistidas pelo projeto a implementação de ações coletivas, como hortas comunitárias, venda conjunta, busca de novas alternativas de renda, como a produção de tilapia, de mel, de produtos orgânicos, além do aumento do número de associados nas associações já existentes. Assim, percebemos que a mudança de postura dos agricultores, e a conseqüente busca de um fazer coletivo, têm contribuído para o fortalecimento do capital social dessas comunidades e poderá contribuir com o aumento da renda e da qualidade de vida nesses assentamentos.

Notas

¹Cadeias Produtivas do Caju e do Girassol no RN: Tradição e Inovação na Perspectiva da Economia Solidária e da Tecnologia Social. Projeto financiado pela FINEP. Para mais informação sobre o Projeto CAJUSOL ver página web do projeto <<http://cajusol.proex.ufrn.br/>>.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Para mais informações ver pagina da web <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>.

⁴ Para Putnam o capital social refere-se à organização social com base na confiança, cooperação, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, como organização, capacidade de participação e poder de atuação, o que facilita as ações.

Referências

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre v. 7 n. 1 jan. jun. 2007, p. 155-174.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Economia Solidária: solução eficiente para a Agricultura Familiar**. Campo Belo- MG, 2002. 116p. Dissertação de Mestrado.



GUANZIROLI, C. ROMERO, A. BUAINAIN, A. DISABATTO, A. BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOCATEL, Celso Donizete. **Tecnificação dos Territórios Rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 7-11 de maio, 2012.

MOURA, Margarida Maria. **Os camponeses**. São Paulo – SP, Editora Ática. 1986.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Disponível em:<
<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 08 de Jul. de 2012